

BERGAMINI, ADOLFO

*jornalista; dep. fed. DF 1924-1930; rev. 1930; interv. DF 1930-1931; dep. fed. DF 1935-1937.

Adolfo Bergamini nasceu em Cataguases (MG) no dia 11 de outubro de 1886, filho do arquiteto Antônio Bergamini e de Gisela Bergamini, italianos. Meses antes de seu nascimento, seus pais haviam emigrado para o Brasil. Após curta estada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, seguiram para Cataguases, onde seu pai, com poucas oportunidades de exercer a profissão, resolveu dedicar-se à construção de uma estrada de ferro, mais tarde encampada pela Leopoldina Railway.

Adolfo iniciou os estudos com um professor particular, antes de ingressar na escola pública de Cataguases. Em 1898, com a transferência do governo do estado para a recém-fundada Cidade de Minas, logo depois (1901) Belo Horizonte, seu pai vislumbrou a oportunidade de exercer sua profissão e mudou-se com a família para a nova capital. Ali, Adolfo cursou o Ginásio Mineiro. Em maio de 1900, os Bergamini seguiram para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde Adolfo estudou no Ginásio Nacional, na Escola Barão do Rio Doce, no Externato Gomes de Sousa, no Liceu de Artes e Ofícios, na École Alliance Française e no mosteiro de São Bento. Na capital do país Adolfo fundou, em 1902, o jornal *O Estudante*.

Devido às dificuldades financeiras por que passava a família, precisou trabalhar para prosseguir os estudos. Assim, em 1903, ingressou na Polícia como escrevente. Em 1906 adquiriu patente de oficial da Guarda Nacional. Nomeado em abril de 1907 escrevente juramentado da 2ª Delegacia Auxiliar, em meados desse ano prestou concurso para escrivão do 13º Distrito Policial.

Em 22 de agosto de 1908, casou-se com Déa Ferreira Leite. Por engano, na certidão de casamento ficou assentado ter ele nascido no Rio de Janeiro. Tal confusão sobre seu local de origem viria a ser explorada, anos mais tarde, por seus opositores políticos, os quais lhe atribuíam a nacionalidade italiana.

Ainda em 1908, ingressou como repórter na *Gazeta de Notícias*, passando no mesmo ano para *O Século* e a *Folha do Dia*, nos quais trabalhou até 1912. Durante cerca de seis anos, a partir de 1913, foi redator judiciário do *Jornal do Comércio*. Em 1917 serviu no alistamento militar, no Ministério da Guerra, e em 1919 bacharelou-se pela Faculdade de

Direito do Rio de Janeiro. No mesmo ano, tendo abandonado o *Jornal do Comércio*, fundou com Renato de Toledo Lopes *O Jornal*, onde permaneceria até 1925.

ATIVIDADE POLÍTICA NA DÉCADA DE 1920

Adolfo Bergamini ingressou na política em 1921, elegendo-se intendente municipal do Rio de Janeiro, cargo para o qual foi reeleito em 1923. Como intendente, foi presidente da Comissão de Instrução e representante do Conselho Municipal em viagem à Argentina e ao Uruguai, para retribuir a visita de conselheiros municipais desses países.

Em 1924, foi eleito para a Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal. No mesmo ano, a convite de Edmundo Bittencourt, assumiu juntamente com o senador Antônio Muniz Sodré a direção do jornal *Correio da Manhã*, à frente do qual permaneceria até outubro de 1930. Valendo-se de suas imunidades parlamentares, fez circular o jornal, fechado sob o estado de sítio decretado pelo governo Artur Bernardes (1922-1926). Na Câmara, ao lado de João Batista de Azevedo Lima e João Batista Luzardo, empenhou-se em batalha parlamentar de oposição a Bernardes e ao estado de sítio. Foi o único deputado federal a solidarizar-se com o protesto de Azevedo Lima contra o bombardeio da cidade de São Paulo, efetuado no mês de julho de 1924 pelas forças do governo contra os revolucionários que se haviam apoderado da capital paulista.

Em 24 de fevereiro de 1927, reelegeu-se deputado federal. Em julho desse ano, ao lado de Azevedo Lima, Maurício de Medeiros e José Adriano Marrey Júnior, conseguiu retardar, na Câmara, a tramitação da dita “Lei Celerada”, levantando questões regimentais. Muito combatida pela oposição, a lei visava a reprimir movimentos grevistas, estipulando penas de prisão para seus promotores. Permitia, ainda, a intervenção em associações e sindicatos e autorizava o governo federal, então exercido por Washington Luís (1926-1930), a proibir a difusão de propaganda que considerasse contrária à ordem e à segurança públicas. Em meio a anúncios de ameaças da Terceira Internacional ao Brasil, a lei terminou por ser aprovada em agosto de 1927.

Adolfo Bergamini foi um dos fundadores no Rio de Janeiro, em novembro do mesmo ano, do Partido Democrático Nacional (PDN), cujo objetivo era aglutinar as oposições de todo o país para uma ação mais ampla, em escala nacional. Presidida por Joaquim Francisco de Assis Brasil, a agremiação repetia em seu programa os pontos enunciados pelo Partido

Democrático (PD) de São Paulo, acrescidos de um item sobre a “Lei Celerada” e de tópicos sobre política externa. Em 1928, o PDN promoveu aproximações com os “tenentes” exilados, participantes de movimentos armados contra o governo na década de 1920. Entretanto, os entendimentos não foram à frente e, em consequência, o PDN considerou encerrado o ciclo revolucionário, decidindo lançar-se na luta pela vitória eleitoral no pleito marcado para 1930.

Em dezembro de 1928, Bergamini foi um dos oradores do comício convocado para protestar contra a anulação da eleição do opositorista Ferdinando Laboriau para intendente do Conselho Municipal. Laboriau, que falecera dias antes sem haver tomado posse do cargo, era também o “relator do pleito”, encarregado de dar parecer sobre o preenchimento da última cadeira do conselho. A vaga era disputada por Minervino de Oliveira, do Bloco Operário e Camponês (BOC), frente eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB), e Sirínio Carreiro de Oliveira, situacionista. A pequena diferença de votos entre os dois provocara uma luta acirrada pela impugnação de urnas. Os governistas propuseram então anular a eleição de Laboriau, o que permitiria o aproveitamento dos dois postulantes à cadeira. Apesar das acusações de fraude lançadas pela oposição, essa foi a medida aprovada.

No início de 1929, pesquisas de opinião pública sobre a sucessão presidencial de 1930, estampadas diariamente pelo *Correio da Manhã*, apontavam como primeiro colocado o líder tenentista Luís Carlos Prestes, seguido, com pequena diferença, por Adolfo Bergamini. Ambos situavam-se, segundo essas pesquisas, à frente de Júlio Prestes, do presidente de Minas Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e do presidente do Rio Grande do Sul Getúlio Vargas.

Em agosto de 1929, o PDN se incorporou à Aliança Liberal, movimento organizado em favor das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. No Distrito Federal, Bergamini foi um dos que aderiram logo de início à Aliança e nesse sentido desenvolveu enérgica atividade parlamentar. Pertencia à comissão executiva do movimento, encarregada de desenvolver a propaganda eleitoral e de manter contatos permanentes com Antônio Carlos e com os candidatos liberais.

Na Câmara, com o intuito de manter sempre aceso o ataque ao governo, Bergamini sugeria

aos deputados da minoria que se inscrevessem em massa para ocupar a tribuna na hora do expediente. Diante dessa disposição dos oposicionistas, o presidente Washington Luís procurou alterar o regimento da casa. Tendo fracassado, tentou negar número para a abertura das sessões, mas os próceres aliancistas compareciam maciçamente. No entanto, foram impedidos de votar a moção que responsabilizava o governo pela derrocada do plano de defesa do café. Por sugestão de Adolfo Bergamini, os aliancistas promoveram, em 25 de novembro de 1929, um comício popular na frente do palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, como forma de compensar o “arrolhamento” da Câmara dos Deputados pelo governo.

Em janeiro de 1930, durante a campanha eleitoral, Adolfo Bergamini e Batista Luzardo acompanharam Getúlio Vargas a São Paulo. Getúlio, que se encontrava no Rio de Janeiro desde dezembro do ano anterior para apresentar sua plataforma, tinha feito com Washington Luís um acordo pelo qual, entre outras coisas, prometera não ir a São Paulo em campanha. Porém, após debater o assunto com Lindolfo Collor, ficara convencido das vantagens da ida à capital paulista.

Por essa época, Bergamini, que disputava novo mandato na Câmara, foi objeto de uma campanha para anular sua candidatura, sob a alegação de que era de nacionalidade italiana. Seus opositores afirmavam que seu registro de batismo não havia sido encontrado em Cataguases. O deputado defendeu-se com veemência, instituindo, em fevereiro de 1930, processo de justificação no qual depuseram diversas testemunhas, que confirmaram Cataguases como local de seu nascimento. E, no dia 19 de março, Bergamini reelegeu-se deputado pelo Distrito Federal, na legenda do PDN.

Pouco antes da eclosão da revolução em outubro de 1930, Bergamini promoveu comícios de oposição ao governo estabelecido. Um deles foi o de 5 de setembro, realizado no Rio de Janeiro em prol da anistia e do qual também participaram Batista Luzardo, Odilon Braga, João Neves da Fontoura e José Antônio Flores da Cunha. No mesmo mês, ao lado de Maurício de Lacerda, Lindolfo Collor e outros aliancistas, Bergamini desencadeou campanha contra a polícia paulista, responsabilizando-a pelo desaparecimento de André Trifino Correia e de três jornalistas cariocas.

INTERVENTOR NO DISTRITO FEDERAL

Com a vitória da Revolução de 1930, desencadeada no dia 3 de outubro e consolidada no dia 24 com a deposição de Washington Luís, Adolfo Bergamini assumiu provisoriamente, ainda no dia 24, a prefeitura do Distrito Federal. Em 25 de novembro, foi nomeado interventor no Distrito Federal por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório da República.

Nos primeiros meses de sua gestão, instituíram-se comissões de sindicância para descobrir irregularidades e escândalos da administração anterior. No entanto, nada foi apurado nesse sentido. Bergamini promoveu a construção de prédios escolares, assim como a abertura e o alargamento de vias públicas. Elaborou e pôs em prática um plano para pagar os vencimentos atrasados do funcionalismo da prefeitura e saldar a dívida flutuante, mediante a emissão de apólices que ficaram conhecidas como “bergamínias”.

Ao lado de Getúlio Vargas, José Américo de Almeida e Lindolfo Collor, Bergamini foi um dos que receberam no palácio do Catete, em 24 de maio de 1931, os integrantes – cerca de 15 mil pessoas – da marcha operária de apoio ao governo provisório e de aclamação às primeiras medidas de Lindolfo Collor à frente do Ministério do Trabalho. O movimento foi considerado uma resposta à “Marcha da Fome”, patrocinada pelo Partido Comunista (PCB), que não chegou a se realizar, pois sua articulação foi desbaratada pela polícia.

Durante sua gestão, Bergamini recebeu ataques concentrados do Clube 3 de Outubro, organização tenentista que preconizava a instalação de um comitê de investigação para examinar as acusações de corrupção feitas contra sua interventoria. Com esse objetivo, foi instituída uma comissão de sindicância que solicitou a Vargas seu afastamento do cargo. Como causa imediata desse pedido, a comissão apontou o decreto em que o interventor revogara o imposto provisório estabelecido sobre os vencimentos do funcionalismo municipal, ordenando a devolução das quantias até então descontadas. A medida havia sido considerada um estratagema para granjear popularidade.

Quase no fim de sua gestão, Adolfo Bergamini ainda procurou, através do decreto de 14 de setembro de 1931, dar nova organização à Prefeitura do Distrito Federal, cuja administração passaria a ser exercida pelo chefe do Poder Executivo local, auxiliado por secretarias e comissões a serem instituídas. O decreto, no entanto, não chegou a ser posto em prática. A oposição do Clube 3 de Outubro e as frequentes acusações daqueles que contestavam a nacionalidade brasileira de Bergamini contribuíram para que ele decidisse

abandonar a interventoria.

Assim dez dias depois de haver decretado as citadas mudanças administrativas, deixou o posto e foi substituído interinamente pelo coronel Julião Freire Esteves. Por fim, em 30 de setembro de 1931, o cargo foi ocupado em caráter efetivo por Pedro Ernesto Batista. Este, embora tenha revogado o decreto de 14 de setembro e restabelecido a organização anterior, aproveitou, mais tarde, parte das proposições nele contidas.

Adolfo Bergamini foi redator do *Diário Carioca* de 1932 a 1934, tendo também dirigido durante anos, até falecer, o periódico forense *Tribuna Judiciária*. Em outubro de 1934, foi novamente eleito deputado pelo Distrito Federal, na legenda do Partido Economista Democrático. Tomou posse em maio de 1935 e foi escolhido presidente da Comissão de Justiça da Câmara. Contrário às tendências totalitárias, combateu o fascismo na tribuna do Instituto dos Advogados do Brasil em 1937. No mesmo ano, com o advento do Estado Novo e o consequente fechamento de todos os órgãos legislativos do país, encerrou a atividade parlamentar e passou a exercer a advocacia.

Foi um dos signatários do *Manifesto dos mineiros*, datado de 24 de outubro de 1943, primeira manifestação das elites políticas em defesa da democratização do país, contra a ditadura de Vargas. Foi ainda membro da Ordem dos Advogados do Brasil e da Associação Brasileira de Imprensa.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 7 de janeiro de 1945.

Deixou publicadas algumas obras, entre as quais *A autonomia do Distrito Federal e o dr. Nilo Peçanha* (1922), *Asfixiando a democracia* (1925) e *O processo do mandado de segurança* (1936). A seu respeito, Ernesta von Weber publicou a obra *Bergamini* (1931).

Sílvia Pantoja

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARONE, E. *Revoluções*; CARONE, E. *Tenentismo*; *Correio da Manhã* (8 e 9/1/1945); CORRESP. GOV. EST. GB; *Diário de Notícias*, Rio (9 e 14/1/1945); DULLES, J. *Anarquistas*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; *Jornal do Brasil* (11 e 15 /3/1931); *Jornal do Comércio*, Rio (8, 9 e 11/1/1945); MACEDO, R. *Efemérides*; MONTEIRO, P. *Revolução*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926;

SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SOUSA, J. *Índice*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário; Who's who in Brazil* (1973).